

**ANEXO**  
**(a que refere o artigo 1.º)**

<b>Pensão ou Complemento de Pensão de Reforma ou de Aposentação</b>		
<b>N.º</b>	<b>Nome</b>	<b>Valor</b>
1	Daniel Fernandes Almeida da Lomba	25.525\$00 (vinte e cinco mil e quinhentos e vinte escudos)
2	Fernando Jorge Fonseca de Castro Fernandes	45.000\$00 (quarenta e cinco mil escudos)
3	Joaquim Jaime Monteiro	10.014\$00 (dez mil e catorze escudos)
4	Luis Alberto Ramos Almeida da Cunha	75.000\$00 (setenta e cinco mil escudos)
5	Manuel Jesus Dias	75.000\$00 (setenta e cinco mil escudos)
6	Maria Alice Pereira de Sousa Gomes Cardoso	75.000\$00 (setenta e cinco mil escudos)
7	Maria Correia de Melo Alves	37.500\$00 (trinta e sete mil e quinhentos escudos)
8	Nicolau de Oliveira Tolentino	75.000\$00 (setenta e cinco mil escudos)
9	Rodrigo Daniel de Sá Nogueira	12.741\$00 (doze mil e setecentos e quarenta e um escudos)
10	Ronaldo James Wahnnon	35.230\$00 (trinta e cinco mil e duzentos e trinta escudos)
11	Roque Tavares Barbosa Amado	75.000\$00 (setenta e cinco mil escudos)

O Primeiro-Ministro, *Jose Maria Pereira Neves*

**Resolução n.º 97/2015**

**de 1 de Outubro**

A Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de Janeiro, que regula as medidas para a efetivação do princípio da igualdade de género, prevê que são garantidos às vítimas de Violência Baseada no Género, entre outros direitos, a Assistência Judiciária, quando demonstrarem não dispor de meios económicos bastante para custear, total ou parcialmente os encargos normais dos processos ou honorários devidos ao advogado, e o apoio financeiro a atribuir pelo Fundo de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género (VBG), doravante Fundo de Apoio.

Nos termos do artigo 21.º da mesma Lei, o Fundo de Apoio é um fundo autónomo e destina-se a apoiar a vítima de VBG, e para o qual deve ser revertido 50% do montante das custas judiciais dos processos transmitidos ao abrigo da Lei que regula as medidas para a efetivação do princípio da igualdade de género.

De igual modo, as receitas geradas pela administração de bens móveis apreendidos ou declarados perdidos a favor do Estado devem reverter-se, designadamente, em 15% para o Fundo de Apoio, nos termos do artigo 17.º

da lei n.º 18/VIII/12, de 13 de Setembro, que procede à criação do Gabinete de Recuperação de Ativos e do Gabinete de Administração de Bens e estabeleceu as normas de administração dos bens recuperados, apreendidos ou perdidos a favor do Estado visando a sua boa gestão e eventualmente o seu incremento patrimonial.

O mencionado Fundo de Apoio visa garantir, no mais curto espaço de tempo, um montante pecuniário que permita à vítima de VBG o custeio de despesas urgentes resultantes da agressão.

A par das despesas urgentes, as receitas do Fundo de Apoio destinam-se igualmente a financiar a manutenção dos Gabinetes, Centro de Apoio à Vítima e das Casas de Abrigo, bem como à implementação de programas de recuperação, apoio psicológico e psiquiátrico, educação e prevenção.

Ao Fundo de Apoio cabe gerir os recursos financeiros que lhe são destinados por lei, provenientes das custas judiciais dos processos referentes à VBG, das receitas geradas pela administração dos bens móveis apreendidos ou declarados perdidos a favor do Estados e outros previstos provenientes de contribuições ou receitas por parte de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira, e canalizá-los para o apoio às vítimas de crime de VBG.

Esse apoio traduz-se, fundamentalmente, em garantir a assistência social, material, psicológica, jurídica, apoio médico e medicamentoso das vítimas.

É, com efeito, crucial que as vítimas tenham o acesso a aconselhamento jurídico independentemente da sua condição económica. Na verdade, para que a vítima ou os seus familiares possam desempenhar um papel ativo no processo, tanto o aconselhamento como o patrocínio jurídico devem estar disponíveis.

Sendo o acesso aos serviços de saúde, especialmente fundamental no âmbito de apoio à vítima de VBG, a Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de Janeiro já prevê que os serviços públicos de saúde devem assegurar às vítimas de VBG um atendimento adequado, urgente e isento de pagamento. Mas é preciso ir mais longe e proporcionar às vítimas outras formas de proteção.

O Fundo de Apoio tem igualmente por finalidade ressarcir as vítimas de crimes nos casos em que o arguido comprovar não dispor de meios económicos suficientes para pagar a indemnização a que for condenado.

Cabe salientar que o Fundo de Apoio funciona junto do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género (ICIEG) sob a direção do membro do Governo responsável pela promoção de políticas públicas relativas à igualdade de género.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, bem como no artigo 21.º da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de Janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

## Artigo 1.º

**Criação**

É criado o Fundo de Apoio à Vítima de Crime de Violência Baseada no Género, abreviadamente designado Fundo de Apoio à Vítima de VBG.

## Artigo 2.º

**Natureza**

O Fundo de Apoio à Vítima de VBG é um Fundo Autónomo, sem personalidade jurídica e dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género (ICIEG), sujeito à direção superior do membro do Governo responsável pela promoção de políticas públicas relativas à igualdade de género.

## Artigo 3.º

**Objeto e atribuições**

O Fundo de Apoio à Vítima de VBG tem por objeto garantir os recursos que permita a execução efetiva das medidas de proteção, apoio e assistência à vítima, bem como a recuperação do agressor, através de recursos financeiros que lhe são destinados por lei ou através das contribuições ou receitas por parte de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira e canalizá-los para o apoio às Vítimas de Crimes de Violência Baseado no Género.

## Artigo 4.º

**Estatutos**

Os Estatutos do Fundo de Apoio à Vítima de VBG são aprovados mediante Decreto-Regulamentar.

## Artigo 5.º

**Entrada em vigor**

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 6 de agosto de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Jose Maria Pereira Neves*

**Resolução n.º 98/2015**

de 1 de Outubro

No âmbito da introdução da Televisão Digital Terrestre (TDT), o Governo através da Resolução n.º 123/2013, de 4 de dezembro, criou a Comissão de Implementação e Acompanhamento da Transição do Sistema de Radiodifusão Televisiva Analógica para TDT.

A dita Comissão, durante o seu período de mandato, concretizou uma série de atividades, nomeadamente a projeção da estrutura e plano de ação da mesma, definição da estrutura da rede a implementar (Estrutura do Centro agregador, da rede de transporte e distribuição de sinais e dos centros emissores), definição da estratégia para implementação da Rede TDT, do logo-

tipo da TDT, do Plano de Comunicação, elaboração e aprovação dos dossiês dos concursos públicos internacionais e homologação dos resultados.

Com a materialização das atividades acima mencionadas, inicia-se a fase mais operacional e sensível deste projeto, que traduz na implementação efetiva da rede e o envolvimento dos utilizadores/telespetadores.

Acoplado a implementação da referida rede, está os desafios extremamente relevante para este processo, que traduz na criação de condições para a entrada no mercado nacional de recetores/descodificadores de sinais da TDT (*set-top-boxs* e/ou televisores com recetores digitais integrados – *iDTV*) que cumpram as especificações mínimas e que assegurem a compatibilidade com a plataforma a implementar, em tempo útil e a preços que não prejudicam a adesão da população, sobretudo da mais carenciada.

Nesta conformidade, atendendo que a implementação da TDT é um processo longo e complexo;

Considerando ainda que a Comissão tem novos desafios, nomeadamente a implementação da rede TDT e o *Switch off* das emissões analógicas e a sensibilização e envolvimento da sociedade, há que se avançar com a prorrogação do prazo do mandato da mencionada Comissão, para mais 1 (um) ano e 6 (seis) meses, a contar da data da publicação da presente Resolução;

Considerando que nesta fase avançada do projeto de implementação da TDT, a Comissão de Implementação e Acompanhamento da transição do sistema de radiodifusão analógica para TDT, já tem concretizada grande parte da sua missão, impõe-se repensar e integrar novos membros na referida Comissão, que tenham papel relevante nesta fase de implementação da rede, representatividade nacional e que possam colaborar de forma precisa e decisivo no referido processo.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

## Artigo 1.º

**Prorrogação de prazo**

É prorrogado, por período de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, o mandato da Comissão de Implementação e Acompanhamento da transição do sistema de radiodifusão televisiva analógica para digital terrestre (TDT), criada ao abrigo da Resolução n.º 123/2013, de 4 de dezembro.

## Artigo 2.º

**Início de contagem**

O período mencionado no artigo anterior começa a contar a partir da data de entrada em vigor da presente Resolução.

## Artigo 3.º

**Composição da Comissão**

A Comissão de Implementação e Acompanhamento da transição do sistema de radiodifusão televisiva analógica para digital terrestre (TDT), cuja composição está pre-